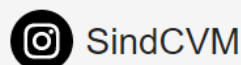
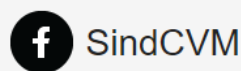


SindCVM Informa

Sua forma de saber o que acontece.



Congresso deve adiantar votação da Reforma Administrativa



Depois de sucessivos adiamentos na votação da Reforma Tributária, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), mudou o foco e quer acelerar a discussão da PEC 32, a da Reforma Administrativa, e prevê a votação em plenário no máximo até o início de setembro.

O relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC, Arthur Maia (DEM-BA), deve entregar o relatório final nos próximos dias. Na proposta do Governo, a estabilidade está prevista apenas para as carreiras típicas de Estado, mas não as listava, uma vez que o detalhamento seria realizado por meio de uma lei complementar. Maia afirmou que vai apresentar no relatório uma proposta de definição dessas carreiras por áreas de atuação, uma vez que detalhá-las seria impossível já que a Reforma vai se aplicar também a estados e municípios, atingindo uma enorme gama de servidores. No documento, Maia vai estabelecer também parâmetros para a avaliação de desempenho que serão tratados posteriormente em projeto de lei.

Antes de redigir o relatório, Maia se reuniu, na semana passada, com representantes do Fonacate e da Frente Servir Brasil para debater quatro pontos da PEC 32: os efeitos da proposta para os atuais servidores, os prejuízos aos regimes próprios da Previdência, a importância da estabilidade para todo o funcionalismo e o impacto do corte dos adicionais para aqueles que ganham menos. Na reunião apresentamos uma proposta de definição ampla das atividades típicas de Estado que inclui todas as carreiras associadas ao Fonacate. Veja os detalhes do encontro no site do **Fonacate**.

A reunião com o relator aconteceu no mesmo dia (18 de agosto) em que foi convocada uma mobilização nacional em defesa do serviço público. Parlamentares de oposição se manifestaram no Congresso contra a PEC 32 alertando que a proposta precariza o serviço oferecido à sociedade, pune o servidor, esvazia a administração pública e amplia a influência política. Saiba mais na reportagem da **Agência Câmara**.

Deputados governistas e da oposição acreditam que a PEC deverá ser aprovada na Comissão Especial. De lá vai seguir para o plenário da Câmara dos Deputados onde precisará de 308 votos para ser aprovada, já que é uma proposta de emenda constitucional.

Paralelamente, a Frente Servir Brasil já cobrou informações sobre os dados que o governo teria utilizado para fundamentar a Reforma. O Tribunal de Contas da União (TCU) estipulou que o Governo tem até 1º de setembro para a entrega dessas informações. A depender da avaliação da Frente em relação a esses dados, a Justiça poderá ser acionada para frear a tramitação do projeto.

Diante da urgência com a qual o Congresso passou a tratar a Reforma Administrativa é preciso mais do que nunca de mobilização para evitar a aprovação da PEC 32 ou para pressionar pela adesão às nossas propostas que buscam minimizar os danos. Fique atento às nossas redes sociais e participe das ações em defesa do serviço público.

Entrevista com Hertz Leal, presidente do SindCVM



O relator da PEC 32 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Arthur Maia (DEM-BA), se comprometeu a incluir no documento final uma definição de carreiras típicas de Estado, demanda antiga da categoria e

defendida pelo SindCVM. O presidente do sindicato, Hertz Leal, conversou com o SindCVM Informa sobre o assunto e também sobre outros pontos relevantes da Reforma Administrativa que está em avaliação no Congresso.

SindCVM Informa: Qual a expectativa que os servidores da CVM devem ter diante da decisão do relator da PEC 32, Arthur Maia (DEM-BA), de incluir a definição das carreiras típicas de Estado no relatório final da Comissão?

Hertz Leal: O relator Arthur Maia disse que é preciso ter coragem para enfrentar esse assunto e definir as carreiras exclusivas de Estado. Estivemos com o relator em uma reunião promovida pelo Fonacate e a Frente Servir Brasil. Na ocasião, ponderamos que a definição das carreiras típicas tinha que ser ampla. Nesse sentido, Pedro Pontual, presidente da ANESP, apresentou um desenho das atividades típicas de Estado na formação das políticas públicas, contemplando a formulação, regulação, execução e fiscalização. Ele demonstrou de forma didática como todas as carreiras que estão associadas ao Fonacate desempenham papel relevante como carreiras típicas de Estado. Então, a expectativa é de que as carreiras da CVM sejam contempladas e a definição mais detalhada seja realizada em lei complementar. No relatório, o que se espera é que estejam caracterizadas as atividades que são exclusivas de estado.

SindCVM Informa: Qual a importância dessa definição para os servidores atuais e futuros da CVM?

Hertz Leal: Uma das nossas ambições quando nos propusemos a participar do sindicato era a inclusão na PEC 32 das carreiras da CVM como típicas de Estado. O desafio maior será incluir Agentes Executivos por se tratar de uma carreira de nível médio. Por isso, o ideal é que, na PEC, conste atividades típicas de Estado. Além disso, temos as carreiras que exercem a atividade meio, administrativas. Elas serão preenchidas por carreiras de fora da CVM, o “carreirão”. Esse debate faz parte da luta do SindCVM pela unidade e valorização dos servidores. Nosso objetivo é manter nossas carreiras como típicas de Estado e que os novos concursos possam preencher vagas nas nossas carreiras, para todas as atividades realizadas na CVM, não permitindo uma fragmentação em classes de servidores com remunerações e direitos diferentes.

A gente entende que a nossa regulação no mercado de capitais é muito complexa e requer profissionais muito qualificados para poder fiscalizar e regulamentar o mercado. Ainda mais agora com a emergência de novas tecnologias. Precisamos selecionar profissionais com muito conhecimento e habilidade. Então, para nós da CVM, até para a valorização de nossa remuneração, é muito importante estar entre as carreiras típicas de Estado.

SindCVM Informa: A definição das carreiras típicas de Estado afeta, de alguma forma, o regime previdenciário dos servidores da CVM?

Hertz Leal: A quebra do regime jurídico único com a possibilidade aberta pela PEC 32 de outras formas de contratação – inclusive CLT - pode inviabilizar o regime próprio de Previdência Social, principalmente em estados e municípios que têm um tesouro mais fraco. Essa questão também foi debatida no encontro com o relator da PEC na Comissão Especial. Há ainda preocupação na questão da paridade, na medida que pode haver alteração nas carreiras. Depois de muitos debates, conseguimos retirar da PEC 32 o poder que o presidente da República teria de extinguir órgãos, autarquias e fundações, mas ainda há a possibilidade de ele modificar as atribuições das carreiras, o que deve continuar a ser feito por lei e não por decreto presidencial. A mudança dessas atribuições pelo Executivo pode prejudicar os servidores, ao criar novos cargos, o que pode afetar a contratação. Cria uma disparidade entre novas carreiras e aquelas já existentes em relação a reajustes salariais, por exemplo, e também pode afetar aos aposentados que terão pouco poder político de mobilização. A criação de carreiras novas também pode deixar as antigas numa espécie de limbo. Nesse sentido, é fundamental a atuação do sindicato para lutar contra a fragmentação de modo a fortalecer as carreiras existentes na CVM.

SindCVM Informa: No relatório da PEC 32 também deve haver uma sinalização em relação à estabilidade dos servidores. Qual a posição do SindCVM?

Hertz Leal: A estabilidade no serviço público é a grande bandeira que mobiliza todos os servidores e a sociedade. A atuação dos servidores do meio ambiente, da Polícia Federal, da fiscalização e até mesmo na CPI da Covid são exemplos recentes de como a estabilidade do servidor é fundamental para a sociedade. Um servidor do Ministério da Saúde percebeu o adiantamento de valores e outras manobras atípicas para a compra de vacinas e se opôs a dar aval ao processo. Conseguiu desenvolver seu trabalho com independência graças à estabilidade.

O relator da PEC defende manter a estabilidade apenas para as carreiras típicas de Estado, deixando de fora professores, médicos e outros administrativos. Defendemos que as carreiras típicas de Estado tenham asseguradas algumas garantias, mas acreditamos que todos os servidores têm direito à estabilidade.

Na CVM somos contra a criação do “carreirão”. Temos na autarquia analistas de nível superior que atuam na atividade meio, muito importante para atingir os objetivos institucionais, que deve ser exercida por servidores das nossas carreiras. Achamos que toda autarquia, inclusive os agentes executivos, todos devemos ser considerados carreiras típicas porque a CVM desempenha atividades típicas de Estado. É preciso manter uma unidade na proteção de todos os servidores concursados, com as devidas garantias de estabilidade, e outras que são próprias de carreiras típicas de Estado.

SindCVM Informa: Com a publicação do relatório final da PEC 32, a proposta deve ser levada à votação no plenário. Qual a importância da mobilização nesse momento decisivo?

Hertz Leal: A atuação do sindicato é muito importante e a mobilização é fundamental neste momento. Participar das nossas redes sociais, manifestar sua opinião para os gestores e para a família, defender o serviço público. Existe uma tentativa de desmoralizar o servidor público e precisamos reagir. O discurso do presidente da comissão especial é que os servidores entregam pouco e ganham mais do que na iniciativa privada, que teríamos privilégios, que a estabilidade nos deixa acomodados. É um discurso que não condiz com a realidade. Existem distorções sim, que precisam ser discutidas, como as remunerações extrateto que normalmente são de magistrados, parlamentares e algumas raríssimas carreiras que têm o que pode ser considerado como privilégio, como férias com mais de 30 dias por ano. Há um discurso que se utiliza dessas exceções, que podem e devem ser corrigidas, para desmoralizar o serviço público como um todo. Nesse sentido, a mobilização é muito importante para mostrar que a realidade dos servidores não é essa.

Precisamos lutar contra a PEC 32 ou, pelo menos, que a Reforma seja menos danosa e garanta questões fundamentais como a manutenção da estabilidade para todos, a diminuição dos vínculos extraordinários, que os cargos em comissão sejam em grande maioria destinados a técnicos já concursados, servidores efetivos e não a contratados ou indicados políticos que tenham outros objetivos além do interesse público. É preciso preservar a memória, a continuidade do trabalho das repartições públicas, do serviço público que tem uma dinâmica própria de produção com qualidade e compromisso. Precisamos aprimorar a questão do desempenho, a motivação do servidor e não dar margem à perseguição, à desvalorização e à fragmentação.

Não à Reforma Administrativa



O SindCVM marcou presença na paralisação em defesa do serviço público realizada no dia 18 de agosto. O presidente do sindicato, Hertz Leal, participou de um ato na Candelária junto a outros servidores contra a PEC 32. É hora de dizer não à PEC 32!

Inglês e espanhol na promoção

Promoção:		
1 parcela isenta para matrículas até 6/9		
Somente para alunos NOVOS de empresas conveniadas, nos formatos on-line, presencial ou híbrido. Somente na unidade Centro RJ.		
Básico:	Inglês de R\$ 180	Espanhol de R\$ 170
Intermediário:	Inglês de R\$ 200	Espanhol de R\$ 190
Avançado:	Inglês de R\$ 220	Espanhol de R\$ 200
Descontos na sequência: 30% nos níveis Básico, 40% nos Intermediário e 30% nos Avançados		

sindcvm
SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CVM

Filiados do SindCVM podem ter até 50% de desconto em aulas de Inglês e Espanhol no CCAA do Centro (Rua Buenos Aires). A promoção vai até o dia 06 de setembro.

Mais informações pelos telefones (21) 2507-7050/7878 ou pelo WhatsApp (21) 99487-3826/(21) 97469-5740.